

# Reunião define primeiras medidas.

A economia brasileira em 15 de março começa a ser balizada hoje, em Brasília, em encontro previsto entre o presidente Fernando Collor de Mello e sua principal assessora, cotada para ocupar o Ministério da Economia, Zélia Cardoso de Mello. A reunião pode ser decisiva. Afinal, cabe ao sucessor de Sarney fazer a escolha sobre a intensidade, o prazo e a forma de vencer uma inflação que atingiu 1.764% em 1989 e deverá situar-se acima dos 60% ao mês em fevereiro, às vésperas da posse. Se prevalecerem os pontos de identidade publicamente externados por Collor e Zélia, a opção primordial será pelo combate à inflação, seguida da reforma do Estado e da retomada do desenvolvimento.

"Não se reduz a inflação com afagos", costuma afirmar Zélia, que, além de coordenar o programa econômico de Collor, foi assessora de Dilson Funaro, durante o Plano Cruzado, que malogrou pela ausência do equilíbrio fiscal-monetário e pelo medo de recessão. "Toda a artilharia vai ser gasta contra o processo inflacionário. E não há tiro gradual", promete Zélia ao final de uma maratona de reuniões com o grupo de seis economistas.

Zélia não gosta de **feijão com arroz**, o tempero que Mailson prometeu após o Plano Verão e que, como os outros, furou porque o governo não fez sua parte — cortar o déficit público. Por isso, a primeira meta — quantitativa — é conseguir uma economia fiscal de 5,5% do PIB (Produto Interno Bruto) que equivaleria a US\$ 17,6 bilhões. Desse montante, 2/3 seriam obtidos com cortes de despesas, privatizações e enxugamento da máquina administrativa, e 1/3 mediante combate à sonegação. A assessora acredita não haver espaço para um aumento de impostos, já que esses impostos acabam repassados pelas empresas aos consumidores, gerando mais inflação. A saída é, na sua opinião, ampliar a base de contribuintes e, assim, obter o dinheiro que falta para eliminar o déficit.

Na versão da assessoria de Zélia, a eventual ministra privilegiava a cartilha ortodoxa no curto prazo aproximando-se, nas políticas de longo prazo, dos heterodoxos, com vistas a reformar a estrutura do Estado brasileiro. A ortodoxia, no caso, equivale a começar fazendo um enorme pacote fiscal, seguir controlando a política monetária e abrindo espaço para a incorporação à sua equipe de um economista como Daniel Dantas, da FGV-Rio e presidente do Banco Icatu, que só ascenderia à presidência do Banco Central, como se especula, se lhe dessem condições de reabilitar o controle da moeda. Hoje, isto é impossível, porque grande parte do déficit da União tem que ser financiado com emissão monetária, tornando o Banco Central uma peça sem qualquer independência — exatamente ao contrário dos países desenvolvidos, em que o BC é o guardião da moeda, não paga as contas do Tesouro sem que a sociedade saiba e aprove.

O programa a ser apresentado a Collor conterá elementos — que não podem ser desvendados previamente, sob pena de perder qualquer eficácia — classificados sob o título de **política de rendas**. Políticas para os preços, os salários, o câmbio e os juros entram na política de rendas. Mas já se sabe que a simples menção a um congelamento já associa o projeto **collorido**, ainda em gestação, ao risco de implosão. "Seria um suicídio. Outros choques semelhantes foram adotados e não deram certo", observa Zélia.

Toda a sorte de especulações sobre a natureza do programa econômico têm sido nos últimos dias. Está claro que uma parcela das medidas sobre as quais se especula virá. Mas combinar, num mesmo pacote, "um **tarifaço**, um congelamento, uma máxi e um aumento de IPI", seria demonstração de loucura, segundo um assessor de Zélia, "Não há — observou-lhe a economista — economia que agüente, nem a de um país desenvolvido, como os Estados Unidos." **Fábio Pahim Jr.**